

## ÍNDICE

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROCEDIMENTO .....	2
2 - ENTIDADE ADJUDICANTE .....	2
3 - ÓRGÃO QUE TOMOU A DECISÃO DE CONTRATAR .....	2
4 - FUNDAMENTAÇÃO PARA A ESCOLHA DO PROCEDIMENTO .....	2
5 - ACESSO ÀS PEÇAS DO PROCEDIMENTO.....	2
6 - PREÇO BASE .....	2
7- NOÇÃO DE PROPOSTA .....	3
8 - DOCUMENTOS QUE CONSTITUEM A PROPOSTA .....	3
9 - IDIOMA DOS DOCUMENTOS QUE CONSTITUEM A PROPOSTA.....	3
10 - PROPOSTAS VARIANTES .....	4
11 - PRAZO PARA APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS .....	4
12 - MODO DE APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS QUE INSTRUEM A PROPOSTA .....	4
13 - ÓRGÃO COMPETENTE PARA PRESTAR ESCLARECIMENTOS.....	4
14 - PRAZO DA OBRIGAÇÃO DE MANUTENÇÃO DAS PROPOSTAS .....	5
15 - CRITÉRIO DE ADJUDICAÇÃO .....	5
16 - CONSULTORES E ESTUDOS DE APOIO À DECISÃO .....	5
17 - LEILÃO ELETRÓNICO .....	5
18 - CONTRATO ESCRITO .....	5
19 - CAUÇÃO .....	5
20 - DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO A APRESENTAR PELO ADJUDICATÁRIO .....	6
21 - IDIOMA DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO .....	6
22 - PRAZO PARA APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO PELO ADJUDICATÁRIO .....	6
23 – OUTORGA DO CONTRATO.....	7
24 - DESPESAS E ENCARGOS DO ADJUDICATÁRIO .....	7
25 - LEGISLAÇÃO APLICÁVEL.....	7
ANEXO I - MODELO DE DECLARAÇÃO .....	8
ANEXO II – MODELO DE PROPOSTA DE PREÇO .....	10
ANEXO III – MODELO DE DECLARAÇÃO SOB COMPROMISSO DE HONRA .....	12

## CONVITE

CONSULTA PRÉVIA Nº SCGC\_FMUP\_CPR\_00021\_2025 – SERVIÇOS DE APOIO À UNIDADE DE GESTÃO ACADÉMICA

**SPUP – SERVIÇOS PARTILHADOS DA UNIVERSIDADE DO PORTO**  
**SCGC – SERVIÇO DE COMPRAS E GESTÃO CONTRATUAL**

### 1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROCEDIMENTO

Consulta Prévia N.º SCGC\_FMUP\_CPR\_00021\_2025 – Serviços de apoio à Unidade de Gestão Académica.

### 2 - ENTIDADE ADJUDICANTE

**Universidade do Porto**, Fundação Pública em Regime de Direito Privado, Pessoa Coletiva com o NIF 501413197, através da **Faculdade de Medicina**, dotada de autonomia administrativa e financeira, com o NIPC 600027546, sita na Alameda Professor Hernâni Monteiro, 4200-319 Porto.

### 3 - ÓRGÃO QUE TOMOU A DECISÃO DE CONTRATAR

A decisão de contratar foi tomada por despacho do Vogal do Conselho Executivo da FMUP, em 26/03/2024, ao abrigo das suas competências definidas no Despacho n.º 963/2023, publicado no DRE, 2ª série – Nº 14 de 19 de janeiro de 2023.

### 4 - FUNDAMENTAÇÃO PARA A ESCOLHA DO PROCEDIMENTO

Consulta Prévia, critério do valor definido no artigo 20.º, n.º 1, al. c), do CCP, aprovado pelo Decreto-Lei 18/2008 de 29 de janeiro, com as alterações em vigor.

### 5 - ACESSO ÀS PEÇAS DO PROCEDIMENTO

1. As peças do procedimento estão disponíveis para consulta ou importação gratuitas na plataforma eletrónica de contratação Acingov, no seguinte endereço eletrónico: [www.acingov.pt](http://www.acingov.pt), **devendo para o efeito aceder ao do link enviado via correio eletrónico.**
2. As peças do procedimento estarão disponíveis para consulta dos interessados, desde o dia do envio do Convite até ao termo fixado para a apresentação das propostas, podendo ser examinadas, das 10h às 12h e das 14h às 16 horas nos no Serviço de Compras e Gestão Contratual dos Serviços Partilhados da Universidade do Porto, sito na Praça Gomes Teixeira, 4099-002 Porto.

### 6 - PREÇO BASE

1. O preço base total para cada lote ascende a **19 783,85 € (dezanove mil, setecentos e oitenta e três euros e oitenta e cinco cêntimos)**, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se aplicável, correspondendo ao valor máximo que a entidade adjudicante aceita pagar pela prestação dos serviços e limita o preço contratual.
2. O preço base unitário para a prestação de serviços de cada lote é de **1 648,65 € (mil, seiscentos e quarenta e oito euros e sessenta e cinco cêntimos)**, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se aplicável, correspondendo ao valor mensal máximo que a entidade adjudicante aceita pagar pela prestação dos serviços e limita o preço contratual.

## CONVITE

CONSULTA PRÉVIA Nº SCGC\_FMUP\_CPR\_00021\_2025 – SERVIÇOS DE APOIO À UNIDADE DE GESTÃO ACADÉMICA

**SPUP – SERVIÇOS PARTILHADOS DA UNIVERSIDADE DO PORTO**  
**SCGC – SERVIÇO DE COMPRAS E GESTÃO CONTRATUAL**

3. A definição do preço base teve como referência a Tabela Remuneratória Única – 2025 do Regulamento de Carreiras, Recrutamento, Contratação e Avaliação do Pessoal Técnico, Especialista e de Gestão da Universidade do Porto, nível 16-A da 1.ª posição remuneratória, da categoria Técnico Superior, com as devidas adaptações.

### 7- NOÇÃO DE PROPOSTA

1. A Proposta é a declaração pela qual o concorrente manifesta à entidade adjudicante a sua vontade de contratar e o modo pelo qual se dispõe a fazê-lo.
2. Para efeitos do presente Convite, entende-se por atributo da Proposta qualquer elemento ou característica da mesma que diga respeito a um aspeto da execução do contrato submetido à concorrência pelo caderno de encargos.

### 8 - DOCUMENTOS QUE CONSTITUEM A PROPOSTA

1. As propostas devem ser constituídas pelos seguintes documentos:
  - a. Declaração emitida conforme modelo constante do **Anexo I do Convite** (Anexo I do CCP), assinada pelo concorrente ou por representante que tenha poderes para obrigar;
  - b. Proposta de preço total em conformidade com o modelo **Anexo II ao Convite**, considerando:
    - i. Preços unitários e preço total que não devem incluir o IVA;
    - ii. Os preços constantes da proposta devem ser indicados em algarismos, e não incluem IVA;
    - iii. Quando os preços constantes da proposta forem também indicados por extenso, em caso de divergência, estes prevalecem para todos os efeitos, sobre os indicados em algarismos;
    - iv. Sempre que na proposta sejam indicados vários preços, em caso de divergência entre eles, prevalecem sempre, para todos os efeitos, os preços parciais, unitários ou não, mais decompostos;
  - c. Declaração de compromisso de honra em conformidade com o modelo **Anexo III ao Convite**, relativa ao cumprimento do n.º 6 do artigo 113.º do CCP.
2. De acordo com o disposto no n.º 4 do artigo 57.º do CCP, a declaração referida na alínea a) do n.º 1, bem como a Proposta deve ser assinada pelo Concorrente ou por representante que tenha poderes para o obrigar, nos termos do artigo 54.º da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto.

### 9 - IDIOMA DOS DOCUMENTOS QUE CONSTITUEM A PROPOSTA

1. A proposta e os documentos que constituem a proposta devem ser redigidos, obrigatoriamente, em língua portuguesa.
2. A documentação técnica pode ser apresentada em língua inglesa.

## 10 - PROPOSTAS VARIANTES

Não é admitida a apresentação pelo convidado de propostas variantes.

## 11 - PRAZO PARA APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS

A proposta e os documentos que instruem a proposta serão entregues até às **17:00 horas do 5º dia a contar da data de envio do Convite para apresentação de proposta.**

## 12 - MODO DE APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS QUE INSTRUEM A PROPOSTA

3. A proposta e os documentos que a instruem serão apresentados, nos termos do disposto no artigo 115.º n.º 1 alínea g) do CCP, através do seguinte meio de transmissão eletrónica de dados: [www.acingov.pt](http://www.acingov.pt) , **devendo para o efeito os convidados aceder através do link remetido na mensagem de correio eletrónico de convite à apresentação de proposta.**
4. Fica dispensada a submissão da proposta com recurso a certificados qualificados de assinatura eletrónica, por não ser aplicável o disposto na Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto, bem como da utilização de selos temporais, que são disponibilizados pela entidade adjudicante.
5. A receção da proposta é registada com referência à respetiva data e hora, sendo entregue ao concorrente(s) um recibo eletrónico / email comprovativo dessa receção.

## 13 - ÓRGÃO COMPETENTE PARA PRESTAR ESCLARECIMENTOS

1. O órgão competente para prestar esclarecimentos é o Júri do concurso.
2. No primeiro terço do prazo fixado para a apresentação da proposta, os convidados podem, através da plataforma eletrónica [www.acingov.pt](http://www.acingov.pt), **usando para o efeito o link remetido na mensagem de correio eletrónico de convite à apresentação de proposta**, solicitar os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento e, no mesmo prazo, deve apresentar uma lista na qual identifique, expressa e inequivocamente, os erros e as omissões das peças do procedimento por si detetados.
3. O órgão competente para a decisão de contratar, pode proceder à retificação de erros ou omissões das peças do procedimento, nos termos do artigo 50º do CCP.
4. O órgão competente para a decisão de contratar deve pronunciar-se sobre os pedidos de esclarecimentos, bem como sobre os erros e omissões identificados pelos convidados até ao termo do segundo terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, considerando-se rejeitados, os que não sejam por ele expressamente aceites.
5. Os esclarecimentos e as retificações referidos nos números anteriores serão disponibilizados pela entidade adjudicante e juntos às peças do procedimento que se encontrem patentes para consulta, sendo imediatamente notificados desse facto, todos os convidados, de acordo com o artigo 50.º do CCP.

6. Os esclarecimentos e as retificações fazem parte integrante das peças do procedimento a que dizem respeito e prevalecem sobre estas em caso de divergência.

#### **14 - PRAZO DE MANUTENÇÃO DAS PROPOSTAS**

O convidado fica obrigado a manter a respetiva proposta pelo prazo de 66 dias, contados da data do termo fixado para a apresentação das mesmas.

#### **15 - CRITÉRIO DE ADJUDICAÇÃO**

1. O critério de adjudicação é o da proposta economicamente mais vantajosa, determinada pela modalidade monofator avaliação do preço, por lote, enquanto único aspeto da execução do contrato a celebrar.
2. Em caso de empate será realizado sorteio presencial a convocar pelo contraente público.
3. A adjudicação far-se-á por lotes, sendo que a entidade adjudicante não pode adjudicar ao mesmo concorrente mais de um lote.
4. Não existe obrigação de os concorrentes apresentarem proposta a todos os lotes, podendo concorrer apenas a um dos lotes do presente procedimento.

#### **16 - CONSULTORES E ESTUDOS DE APOIO À DECISÃO**

1. O júri poderá socorrer-se da colaboração dos quadros da entidade adjudicante, ou de quaisquer outros técnicos, como consultores externos, para o apoio e elaboração de relatórios técnicos, na análise das propostas.
2. As deliberações do Júri poderão ter por fundamento, no todo ou em parte, pareceres ou estudos de consultores externos, casos em que tais documentos instruirão os respetivos relatórios que para eles remeterão.

#### **17 - LEILÃO ELETRÓNICO**

Não aplicável.

#### **18 - CONTRATO**

Haverá lugar a celebração de contrato escrito, nos termos em que o 94º e do CCP o prevê.

#### **19 - CAUÇÃO**

Não será exigível a prestação de caução, nos termos do n.º 2 do artigo 88.º do CCP.

---

**20 - DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO A APRESENTAR PELO ADJUDICATÁRIO**

1. Nos termos do estabelecido no artigo 81º do CCP, o adjudicatário deve apresentar os seguintes documentos de habilitação:
  - a. Declaração emitida conforme o modelo constante do Anexo II do CCP;
  - b. Documentos comprovativos, ou disponibilização de acesso para a sua consulta online, de que se encontra nas seguintes situações:
    - i. Situação regularizada relativamente a contribuições para a segurança social em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais, nos termos da alínea d) do artigo 55.º do CCP;
    - ii. Situação regularizada relativamente a impostos devidos em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais, nos termos da alínea e) do artigo 55.º do CCP;
  - c. Certificado de registo criminal, para efeitos de celebração de contratos públicos, ou disponibilização de acesso para a sua consulta online, destinado a comprovar que não se encontram em nenhuma das situações previstas nas alíneas b) e h) do artigo 55.º do CCP;
  - d. Comprovativo da subscrição de seguro de acidentes de trabalho para o trabalhador independente, nos termos do Decreto-Lei nº 159/99 de 11 de maio (declaração de companhia de seguros e cópia da apólice) e respetivo recibo.
  - e. Formulário de dados pessoais para prestadores de serviços devidamente preenchido e assinado pelo adjudicatário.

**21 - IDIOMA DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

1. Todos os documentos de habilitação devem ser redigidos em língua portuguesa.
2. Os documentos podem ser apresentados em língua estrangeira, desde que o adjudicatário indique a local ou origem dos mesmos de forma a poder ser realizada a sua confirmação.

**22 - PRAZO PARA APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

1. Os documentos deverão ser apresentados no prazo máximo de 5 dias após a notificação da adjudicação.
2. O prazo fixado para a apresentação dos documentos de habilitação pode ser prorrogado, por uma única vez, por solicitação dos adjudicatários formulada ao órgão competente para a decisão de contratar, por um período não superior a 5 dias.
3. A supressão de irregularidades detetadas nos documentos apresentados que possam levar à caducidade da adjudicação nos termos do disposto no artigo 86.º do CCP deve ocorrer no prazo de 2 dias.

## CONVITE

CONSULTA PRÉVIA Nº SCGC\_FMUP\_CPR\_00021\_2025 – SERVIÇOS DE APOIO À UNIDADE DE GESTÃO ACADÉMICA

**SPUP – SERVIÇOS PARTILHADOS DA UNIVERSIDADE DO PORTO**  
**SCGC – SERVIÇO DE COMPRAS E GESTÃO CONTRATUAL**

---

### 23 – OUTORGA DO CONTRATO

A outorga do contrato terá lugar no prazo de 30 dias contados da data da aceitação da minuta ou da decisão sobre a reclamação.

### 24 - DESPESAS E ENCARGOS DO ADJUDICATÁRIO

As despesas e encargos inerentes à redução do contrato a escrito são da responsabilidade do adjudicatário.

### 25 - LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

Em tudo quanto for omissa no presente convite, observar-se-á o disposto no CCP (aprovado pelo DL n.º 18/2008 de 29 de janeiro), e restante legislação aplicável.

---

**ANEXO I - MODELO DE DECLARAÇÃO**

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º ou a subalínea i) da alínea b) e alínea c) do n.º 3 do artigo 256.º-A do CCP, conforme aplicável]

**DECLARAÇÃO**

1 - ... (nome, número de documento de identificação e morada), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento **Consulta Prévia N.º SCGC\_FMUP\_CPR\_00021\_2025 – Serviços de apoio à Unidade de Gestão Académica** e, se for o caso, do caderno de encargos do acordo-quadro aplicável ao procedimento, declara, sob compromisso de honra, que se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

2 - Declara também que executa o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo (3):

a)...

b)...

3 - Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

4 - Mais declara, sob compromisso de honra, que não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

5 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

6 - Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga-se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar os documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do referido Código.

7 - O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local),... (data),... [assinatura (2)].



**CONVITE**

CONSULTA PRÉVIA Nº SCGC\_FMUP\_CPR\_00021\_2025 – SERVIÇOS DE APOIO À UNIDADE DE GESTÃO ACADÉMICA

**SPUP – SERVIÇOS PARTILHADOS DA UNIVERSIDADE DO PORTO**  
**SCGC – SERVIÇO DE COMPRAS E GESTÃO CONTRATUAL**

- 
- (1) Enumerar todos os documentos que constituem a proposta, para além desta declaração, nos termos do disposto nas alíneas b), c) e d) do n.º 1 e nos n.os 2 e 3 do artigo 57.º
- (2) Nos termos do disposto nos n.os 4 e 5 do artigo 57.º

**ANEXO II – MODELO DE PROPOSTA DE PREÇO – LOTE 1**

**PROPOSTA N.º (...)**

... (nome, número de documento de identificação e morada), depois de ter tomado inteiro conhecimento do objeto e âmbito do procedimento **Consulta Prévia N.º SCGC\_FMUP\_CPR\_00021\_2025 – Serviços de apoio à Unidade de Gestão Académica**, e de todas as condições estabelecidas no respetivo Caderno de Encargos e restantes peças patenteadas, propõe-se executar o contrato, de acordo com o preço a seguir discriminado:

Descrição	Quantidade (Meses)	Preço Unitário/Mês (S/IVA)	Preço Total (S/ IVA)
Lote 1: Aquisição de serviços de apoio administrativo, atendimento ao público e recolha de indicadores técnicos especializados	12		

A prestação dos “*Serviços de apoio à Unidade de Gestão Académica, Lote 1*” será efetuada pelo preço total de ... **(valor €), ... (valor por extenso)**, acrescido de IVA à taxa legal em vigor aplicável, desde que legalmente devido, no prazo máximo de execução do contrato.

..... (local), ..... (data)

..... (assinatura)

**ANEXO II – MODELO DE PROPOSTA DE PREÇO – LOTE 2**

**PROPOSTA N.º (...)**

... (nome, número de documento de identificação e morada), depois de ter tomado inteiro conhecimento do objeto e âmbito do procedimento **Consulta Prévia N.º SCGC\_FMUP\_CPR\_00021\_2025 – Serviços de apoio à Unidade de Gestão Académica**, e de todas as condições estabelecidas no respetivo Caderno de Encargos e restantes peças patenteadas, propõe-se executar o contrato, de acordo com o preço a seguir discriminado:

Descrição	Quantidade (Meses)	Preço Unitário/Mês (S/IVA)	Preço Tobal (S/ IVA)
Lote 2: Aquisição de serviços de modernização tecnológica e digital no ensino	12		

A prestação dos “*Serviços de apoio à Unidade de Gestão Académica, Lote 2*” será efetuada pelo preço total de ... (**valor €**), ... (**valor por extenso**), acrescido de IVA à taxa legal em vigor aplicável, desde que legalmente devido, no prazo máximo de execução do contrato.

..... (local), ..... (data)

..... (assinatura)

**ANEXO III – MODELO DE DECLARAÇÃO SOB COMPROMISSO DE HONRA**

**MODELO DE DECLARAÇÃO SOB COMPROMISSO DE HONRA**

(Ao abrigo do n.º 6 do artigo 113.º do Código dos Contratos Públicos)

\_\_\_\_\_, número do documento de identificação \_\_\_\_\_,  
residente em \_\_\_\_\_ na qualidade de representante legal de \_\_\_\_\_, NIF/NIPC  
\_\_\_\_\_, com sede em \_\_\_\_\_ declaro, sob compromisso  
de honra, nos termos e para os efeitos do n.º 6 do artigo 113.º do Código dos Contratos Públicos, alterado pela Lei n.º  
30/2021, de 21 de maio, com as atualizações em vigor, que: **[optar por uma das seguintes]**

- A) A referida entidade não se encontra especialmente relacionada com as entidades referidas nos n.ºs 2(1) e 5(2) do referido artigo, considerando-se como tais, nomeadamente, as entidades que partilhem, ainda que apenas parcialmente, representantes legais ou sócios, ou as sociedades que se encontrem em relação de simples participação, de participação recíproca ou de grupo.

**OU**

- B) Atualmente, estão especialmente relacionadas entre si, considerando-se como tais, nomeadamente, as entidades que partilhem, ainda que apenas parcialmente, representantes legais ou sócios, ou as sociedades que se encontrem em relação de simples participação, de participação recíproca ou de grupo, as seguintes:

- Entidade \_\_\_\_\_ NIF/NPIC \_\_\_\_\_;

- (...)

... (local)... (data)... [assinatura digital (3) (4)]

- (1) O n.º 2 do artigo 113.º prevê o seguinte: “Não podem ser convidadas a apresentar propostas, entidades às quais a entidade adjudicante já tenha adjudicado, no ano económico em curso e nos dois anos económicos anteriores, na sequência de consulta prévia ou ajuste direto adotados nos termos do disposto nas alíneas c) e d) do artigo 19.º e alíneas c) e d) do n.º 1 do artigo 20.º, consoante o caso, propostas para a celebração de contratos cujo preço contratual acumulado seja igual ou superior aos limites referidos naquelas alíneas.”;
- (2) O n.º 5 do artigo 113.º prevê o seguinte: “Não podem igualmente ser convidadas a apresentar propostas entidades que tenham executado obras, fornecido bens móveis ou prestado serviços à entidade adjudicante, a título gratuito, no ano económico em curso ou nos dois anos económicos anteriores, exceto se o tiverem feito ao abrigo do Estatuto do Mecenato.”;
- (3) A presente declaração deve ser assinada digitalmente pela entidade ou pelo representante legal que tenha poderes para a obrigar;
- (4) **Deve ser anexada Certidão Permanente da empresa;**